

Resenha

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2012 (520p.)

A classe trabalhadora se faz a si mesma

SILVIA BEATRIZ ADOUE*

O autor de *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* relata a epopeia protagonizada por centenas de milhares de “Ulisses anônimos”. Assim os chama. Murilo Leal segue seus protagonistas, operários e operárias têxteis e metalúrgicos de São Paulo, nas suas migrações, nas suas passagens por diferentes empregos, no trajeto da fábrica ao bairro, no ambiente familiar, nas periferias, na várzea e nos bailinhos de carnaval. Não é, porém, um apanhado de crônicas de costumes, o que, por si, não seria irrelevante. O autor apresenta o cenário e a época para desenvolver melhor o enredo das lutas, dos esforços de construção de instrumentos que permitam o surgimento desse gigante herói coletivo. Não um herói invertebrado, amorfo, que vai simplesmente “tocando a vida” sem mais projetos que os familiares. Um herói que toma coragem, na medida em que testa sua força somada à dos seus companheiros.

A investigação que deu origem a este livro não despreza os dados estatísticos sobre o crescimento industrial e as mediações políticas que as classes

proprietárias constroem. Também não deixa de fora as representações da classe trabalhadora que os dirigentes comunistas, socialistas e trabalhistas projetam em programas e táticas. Mas a perspectiva adotada, eixo de todo o trabalho, é a das lutas que vão se encadeando, e que vão vertebrando programas e ações mais abrangentes.

Essa perspectiva permite um olhar original sobre o contexto das relações entre a classe trabalhadora e as iniciativas populistas das classes dominantes. Não ignora os mecanismos de cooptação, também não os celebra. O foco está na experiência de luta e organização independente das classes trabalhadoras no contexto de governos populistas. Talvez esta seja a indagação do presente que motiva o investigador. Como avançar nas lutas, na audácia programática, na capacidade organizativa independente, num contexto populista? Como produzir uma experiência que dribla a cooptação, que a neutralize? Como evitar que a ação direta das classes trabalhadoras seja dissipada pela passagem à negociação? Esse olhar para o passado pode ajudar a pensar o presente.



A passagem das lutas parciais, por fábrica, por região, às greves gerais da categoria; e as greves “dos 300 mil”, “dos 400 mil”, “dos 700 mil” são apresentadas como um continuum de ações, ora aceleradas, ora mais lentas. É a “respiração” do movimento de massas, que faz uma luta e depois se demora em criar os instrumentos, se articular com outros setores explorados. Os trabalhadores medem sua própria força, constroem laços de confiança com os da outra seção, da outra fábrica. Transformam essa confiança em instâncias orgânicas. Se lançam a ações mais audaciosas. Retrocedem para se articular com o movimento dos bairros, incluem suas reivindicações, as reconhecem como próprias. Se voltam para a inclusão das famílias na luta. E, nesses gestos, a perspectiva da luta se politiza. Aumenta sua capacidade argumentativa e ganha autoridade perante os setores médios. Acrescenta legitimidade.

Nessa hora, e ainda antes, os políticos procuram negociar. A negociação, por parte das direções políticas devindas populistas, na maioria das vezes, tem por objetivo a obtenção prestígio político, capacidade de pressão e caudal eleitoral, no contexto das disputas com outros setores dirigentes. De parte do movimento dos trabalhadores, a negociação tem por objetivo obtenção de trunfos parciais que fortalecem a organização e expandem a disposição de luta e a ousadia programática. Mas o “ganha-ganha” não era e nem podia ser permanente. Tratava-se de alianças temporárias, não estratégicas. E claro que a possibilidade de perdas de quadros por cooptação era um risco permanente. Mas as classes trabalhadoras foram desenvolvendo dispositivos de defesa também para isso. Alguns desses dispositivos não eram fáceis de implementar, mas a

questão era colocada. Os mecanismos de controle que aumentavam a presença da base, por meio das comissões de fábrica, com delegados por seção, nas instâncias de decisão dos sindicatos, das articulações de greve. As “comissões de solidariedade” eram comissões de enlace que garantiam o fortalecimento dos laços horizontais. As representações femininas e de jovens em instâncias decisivas funcionavam também como mecanismo de controle. O lançamento de candidaturas operárias para vereador ou deputado, muitas vezes “avulsas”, decididas em assembleia e com compromisso programático específico, se tornaram bastante frequentes. Os piquetes de greve, cuja ação é minuciosamente descrita pelo autor, funcionavam como um recurso para fortalecer a ação de classe, para além das direções locais. Mesmo quando o próprio vice-governador, o general Porfirio da Paz, participava do piquetes para parar a produção das fábricas.

Uma reflexão que cabe depois da leitura deste livro é como o populismo, como forma de exercício da dominação, resultava numa aposta de risco para as classes proprietárias. O que explica o corte cirúrgico que os setores hegemônicos deram em 1964.

As vozes dos protagonistas ajudam o autor a compor um quadro bastante detalhado das práticas, da cultura de luta e das formas organizativas, criação da classe trabalhadora no período. Germes de uma luta pela emancipação humana. Um exemplo paradigmático é a “greve da chapinha”, que aconteceu em 1961, na fábrica de elevadores Atlas. Uma luta contra o crachá. A experiência dos campos de concentração nazista era muito recente e os operários viam nesse dispositivo patronal um meio de aumentar a alienação, controlando a circulação dentro da fábrica, vigiando a

sociabilidade e a organização interna dos trabalhadores. Os argumentos esgrimidos assim o confirmam. Hoje, que empregados de todas as categorias andam dentro e fora do ambiente de trabalho com crachá, fica difícil reconhecer a genealogia desse mecanismo alienante do capital. A

“greve da chapinha” o apontou com grande perspicácia.

Neste momento de arrefecimento das lutas operárias no Brasil, de quadros operário cooptados para gerir o Estado a serviço do grande capital, vale a pena olhar para aquela década. Para pensar nas lutas futuras.



* SILVIA BEATRIZ ADOUE é Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2001) e Doutora em Letras pela FFLCH-USP